

PROJETOS POPULISTAS EM CAMPINA GRANDE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PAUTADAS NO DESENVOLVIMENTO FABRIL (1964-68)

Thiago Trindade Marques¹

Os grandes projetos industrializantes compuseram a grande marca do projeto populista em Campina Grande dentro do recorte histórico delineado neste trabalho, porém, vinculado ao projeto de industrialização meteórica, urge metas de cunho educacional.

Todo um aparato voltado para a qualificação profissional é pensado e posto em prática, ao tomar por base o investimento desde o Ensino Básico até o Superior, é este percurso que inicialmente iremos trilhar.

Para focar a meta em pauta, começemos pela análise que problematiza a ampliação das escolas da rede pública municipal, cujo objetivo era inaugurar duas novas escolas por mês,² centro educacionais que atenderiam cada um, 240 (duzentos e quarenta) novos alunos. Quando somado os 12 (doze) meses do ano, haveria mais 5.760 (cinco mil setecentos e sessenta) novos alunos matriculados nas escolas municipais, isto apontava a primeira meta do governo populista campinense, o qual tinha na figura do então Prefeito Williams de Souza Arruda, não o seu grande nome, mas, o personagem que vai encabeçar este ideário.

Aumentar quantitativamente a oferta de vagas na rede pública municipal, era uma meta audaciosa que se encaixava perfeitamente nas ambições de austeridade da cidade, pois uma economia que se pretendia embasar-se na produção industrial, precisaria de operários capacitados e esta preparação teria início com o aumento da disponibilidade de vagas, ou seja, o investimento na educação partindo da instrução básica, no ensino primário.

Isso não quer dizer que a administração municipal não tivesse projetos que visassem o ensino superior, tanto é, que já no segundo ano de seu governo, Williams Arruda mandou à Câmara de Vereadores mensagem solicitando a criação da URN (Universidade Regional do Nordeste), primeira Universidade de Autarquia Municipal

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba, pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Século XX (GEPHiS20).

² Durante nossa pesquisa, não conseguimos obter dados suficientes para ratificar tal objetivo pretendido pela administração municipal. Entretanto, encontramos registros referentes à inauguração de várias escolas no período aludido neste artigo.

no Estado da Paraíba, a qual deveria, inicialmente, funcionar gerenciada pela FUNDACT,³ esta fundação foi criada com o objetivo de alavancar o desenvolvimento de Campina Grande, ao compreender que o fomento a pesquisa científica é fundamental para a prosperidade econômica e social de uma região, ao saber, que a “Rainha da Borborema” emanava sua influência por todo o agreste paraibano.

A instituição (URN) já começaria funcionando, de imediato, com dois cursos previamente existentes na cidade, Filosofia e Serviço Social. Ainda, no período máximo de três anos, se estenderia a mais quatro cursos: Direito, Arquitetura e Urbanismo, Ciências da Administração, e Odontologia. Suas atividades iniciais eram mantidas com uma receita de 500 milhões de cruzeiros, recurso proveniente da Prefeitura, que deveria ser direcionado para as despesas dos anos letivos de 1966 e 67.

A URN nasceu com o objetivo de apoiar a política da SUDENE, para “melhorar a multiplicar os recursos humanos exigidos pelo desenvolvimento do Nordeste, especialmente as áreas interioranas, onde esta cidade detém incontestável liderança”.⁴

Na visão da prefeitura, Campina Grande por meio da criação de sua Universidade Regional, estaria por ratificar sua posição de liderança na região que integra o compartimento da Borborema, almejando mostrar a população desta região, que não era preciso dirigir-se a outros centros urbanos para obter qualificação de alto nível. Como nos mostra a citação de Williams Arruda:

(...) Sendo Campina Grande a quarta cidade economicamente mais importante da região Nordeste, estava convencido que não sustentará esta posição, na etapa de desenvolvimento acelerado em que a região se encontrou com o advento da SUDENE, se não incrementar, por todos os meios seu alcance. (...) Embora, os níveis primário e secundário do setor educacional sejam de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social, é no nível superior que Campina Grande atualmente está exigindo um esforço urgente, pois sem ele a cidade poderá rapidamente mergulhar na recessão.⁵

³ No projeto de lei apresentado à Câmara de Vereadores a URN ainda poderia torna-se uma Fundação de ensino Superior, ou, subordinada ao governo federal. Cabendo ao Corpo Docente desta instituição por meio de assembléia, onde a maioria simples definiria os rumos da instituição. Mesmo porque, não era objetivo da Prefeitura manter-se como principal patrocinadora das custas de manutenção desta Universidade. In: Editorial. “Prefeito entrega à Câmara mensagem para criar a URN”. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 15 de março de 1966.

⁴ Editorial. “Criação da Universidade Regional de Campina: prefeito assina mensagem”. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 15 de fevereiro de 1966.

⁵ ARRUDA, Williams. “Prefeito entrega a Câmara mensagem para criar a URN”. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 16 de fevereiro de 1966.

A implantação desta instituição de ensino superior também estava postulada como parte integrante do grande projeto de industrialização, no qual os setores progressistas tentavam inserir a cidade. Afinal, as indústrias para manterem-se funcionando, além de operários para trabalhar na linha de produção, precisariam de técnicos de nível superior, capazes de gerir as finanças e/ou a máquina burocrática da empresa.

Com isso, sob a lei nº 23 sancionada em 15 de março de 1966, oficialmente foi criada a Universidade Regional do Nordeste, com autonomia administrativa, financeira e disciplinar, podendo outras entidades de Ensino Superior da região agregar-se aos seus domínios, mediante aprovação do colegiado da URN.

A manutenção dos trabalhos acadêmicos custeados pela Prefeitura gerava um aumento significativo da folha de pagamento do município, o que já apontava para o primeiro obstáculo a ser superado pela URN. Para poder capacitar professores e todo o corpo técnico necessário à manutenção e crescimento desta instituição de ensino, a Prefeitura Municipal de Campina Grande conseguiu regulamentar um importante convênio com a Universidade Federal de Brasília.

A Universidade Regional ainda passava por problemas de ordem administrativa, porém, este percalço foi logo sanado, com a agregação da FUNDACT. Esta entidade vinha desde a década de 1950, incentivando a organização de instituições de nível superior, como a Faculdade de Ciências Econômicas e a de Serviço Social, tendo ainda participação no início do funcionamento da escola Politécnica e da Faculdade de Filosofia. Com a anexação da FUNDACT, resultou na mudança de nome da nova instituição de nível superior campinense, que passou a se chamar FURNE (Fundação Universidade Regional do Nordeste).

Com esta união seriam centralizados os recursos para alavancar o ensino superior de Campina Grande e região. Os docentes da FUNDACT propuseram a união das duas instituições, embasados na lei nº 23 de 15 de março de 1966, a qual em seu Artigo 2º, parágrafo único, permite a agregação de outros órgãos junto a URN. Ratificando esta afirmativa, segue a citação do presidente da FUNDACT, o economista Edvaldo do Ó:

(...) Propomos aos corpos constituintes da URN lançarem mão imediatamente, desta faculdade legal, e tomamos para este fim, a iniciativa de juntar ao presente ofício, cópia autêntica da reforma que procedemos no Estatuto da “Fundação para o Desenvolvimento da

Ciência e da Técnica” (FUNDACT) de acordo com a qual o esforço da prefeitura de Campina Grande, em benefício do Ensino Superior nesta cidade, é unificado e ampliado eliminando-se paralelismo de órgãos e dispersão de recursos na consecução do fim essencial perseguido.⁶

De gerenciadora da Universidade Regional do Nordeste, a FUNDACT passou a fazer parte do corpo da Universidade citada, integrando seus membros e cursos, neste novo empreendimento educacional.⁷

Merece destaque a função da FUNDACT na trajetória do ensino superior em Campina Grande, ainda durante a década de 1950, quando eram raras as entidades de ensino superior no Nordeste. A FUNDACT articulava o desenvolvimento destas instituições em Campina Grande, sendo o primeiro fruto proveniente dos esforços dos grupos desenvolvimentistas campinenses.

Voltando à administração municipal, a questão habitacional era mais um problema a ser enfrentado, mediante a crescente especulação imobiliária, que dificultava o acesso à moradia por parte da população humilde.

A construção de novas casas populares seria feita através de convênio com o B.N.H (Banco Nacional de Habitação), que aprovara a liberação de capital para as obras empreendidas pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, com gerenciamento destas construções sob a responsabilidade da COHAB-CG, companhia de capital misto,⁸ subordinada à secretaria de economia do município.

Os recursos para viabilizar os projetos idealizados pela equipe da COHAB-CG demoraram muito até chegar a esta instituição. Foram necessárias inúmeras viagens ao então Estado da Guanabara, local que se situava a sede da SERFHAU (Serviço Federal

⁶ Ó, Edvaldo do. “FUNDACT encerra atividades: agora é Fundação da URN”. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 13 de abril de 1966.

⁷ A passagem de Autarquia Municipal para Fundação de Ensino Superior, fazia parte das medidas delineadas pelo Ministério da Educação, para facilitar o envio de verbas. Objetivo alcançado com a mudança de financiamento da Universidade, obtida através do corpo técnico e patrimônio oriundo da FUNDACT, que ultrapassava o montante de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros). In: Editorial. “Emissário viaja para obter registro definitivo da FURN”. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 07 de julho de 1966.

⁸ Embasado no Art. 3, Inciso I, da Lei Federal nº 4.380 de 21 de agosto de 1964, em Campina Grande a 30 de novembro de 1964, é fundada a Companhia de Habitação Popular de Campina Grande (COHAP), o maior acionista deveria ser a Prefeitura Municipal de Campina Grande, possuindo no mínimo 51% das ações.

Este novo órgão disponibilizaria inicialmente do capital de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), deste montante Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) seriam destinados às instalações da companhia. In: Editorial. “Prefeito encaminhou mensagem: dez milhões para Cohap”. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 02 de dezembro de 1964.

de Habitação e Urbanismo), para provar a viabilidade do audacioso empreendimento. Todavia, tão longo foi o caminho trilhado para chegar às verbas federais destinadas à habitação, que a Prefeitura chegou a cogitar desistir do projeto, como nos mostra a citação a seguir:

(...) Como devem estar lembrados os senhores leitores, o BNH, prometeu a esta cidade, a construção de 500 casas populares, não obstante, até o momento nenhum recurso foi recebido pela COHAB-CG com aquela finalidade.

(...) Em conversa com amigos e auxiliares de sua administração, o Prefeito Municipal, afirmou que até o mês de junho próximo, caso não receba os recursos prometidos pela professora Sandra Cavalcanti, dissolverá a COHAB pela falta de suportes financeiros para levar avante aquele órgão.⁹

Através da insistência e após muitas promessas oriundas do governo federal, por meio da presidente do BNH, Sandra Cavalcanti, finalmente, as primeiras verbas começaram a chegar a favor da COHAB-CG.¹⁰

Em agosto de 1965, se iniciou a construção do primeiro núcleo popular (assim eram denominados os lotes habitacionais), com a edificação de 172 (cento e setenta e duas) casas no bairro do Catolé. Com isso, se iniciou de fato o projeto idealizado pela administração municipal, que, antes do término deste primeiro lote de casas, já conseguia recursos e imediatamente iniciou a construção de mais 335 (trezentos e trinta e cinco) casas, sendo estas divididas entre os bairros do Cruzeiro e Jardim Paulistano.

Estas casas foram inauguradas no segundo semestre de 1967, estando presente à solenidade de inauguração, além do governador do Estado, João Agripino, autoridades federais representando o presidente da República, Castelo Branco. Mediante o sucesso desta primeira etapa das atribuições da COHAB-CG, a Prefeitura conseguiu a liberação

⁹ Editorial. “Prefeito ameaça dissolver a COHAB”. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 7 de abril de 1965.

¹⁰ Até serem liberados os primeiros repasses para a construção das primeiras casas, foi necessário percorrer um longo decurso, que passava por uma extensa burocracia. Além de todo um detalhado levantamento topográfico dos terrenos que seriam utilizados para edificação dos imóveis, ainda foi exigido, fotos aéreas destas localidades.

de verbas federais para a edificação de mais 284 (duzentos e oitenta e quatro) casas, desta vez, para o bairro do Santo Antonio.

Outro fato relevante relativo à construção das habitações populares através da COHAB-CG, é que estes centros habitacionais eram beneficiados com toda uma infra-estrutura, a qual englobava rede elétrica, água encanada, e ainda, uma escola municipal para atender as crianças da região. Isto é uma prova de que o governo militar operava junto ao governo de Williams Arruda.

A política assistencialista tão característica a várias administrações anteriores, em especial, à administração de Severino Cabral (líder político carismático que antecedeu os populistas campinenses na chefia do executivo local), vinha entrando em declínio. Os amplos e ambiciosos projetos implantados pela administração Williams Arruda com o apoio do governo militar, além de beneficiar diretamente a população, injetava uma quantidade expressiva de capital na economia do município.

Somente com a construção dos dois primeiros lotes habitacionais, foram injetados na economia de Campina Grande, a expressiva quantia de Cr\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), dinheiro que aumentou a arrecadação tributária do município, pois, além de gerar novos postos de trabalhos, o material necessário para a realização da obra, era em maior parte possível, adquirido no comércio campinense.

Complementando as políticas públicas provenientes do projeto populista, houve apoio a expansão das SAB's (Sociedade dos Amigos do Bairro), instituição comunitária que era responsável pela viabilização do vínculo direto da Prefeitura com a população, tanto que, no decorrer da nossa pesquisa, encontramos, em várias publicações do jornal Diário da Borborema, pequenos anúncios referindo-se a audiências que o Prefeito marcara com a população, através do intermédio dos "Amigos do Bairro".

Incontestavelmente, Campina Grande estava passando por uma evolução sócio-econômica, quando comparamos a infra-estrutura que a cidade dispunha até a primeira metade da década de 1960, e o conseqüente avanço que se notabilizou a partir de 1964 com a encampação dos projetos desenvolvimentistas, os quais, nesta cidade não se resumiram à industrialização, foram além, chegaram ao social. Medidas que foram tomadas, provavelmente para conter o revanchismo populista de antes ou à ação das esquerdas cassadas.

A CINGRA: de projeto populista à ação da ditadura

Como foi constantemente enfatizado ao longo deste artigo, a Prefeitura Municipal de Campina Grande (durante o período contagiado pela plataforma populista), esteve direcionada à industrialização da cidade e, dissertar a respeito da ampliação industrial campinense é discorrer sobre a atuação da CINGRA (Companhia de Industrialização de Campina Grande), órgão administrado pela Prefeitura, responsável de maneira direta e/ou indireta por todos os projetos que visavam o aprimoramento da infra-estrutura da cidade.

Mesmo tendo sido criada durante a meteórica passagem do prefeito trabalhista cassado, Newton Rique, pela chefia do executivo campinense, é na administração Williams Arruda que este órgão de desenvolvimento municipal executou a maioria dos seus projetos.

A CINGRA compunha a fonte de financiamento e logística que notabilizou a viabilização dos projetos encampados pela Prefeitura, indo além da industrialização, como veremos nesta parte do trabalho. Servia também como órgão que prestava assessoria e ajuda à Prefeitura, no sentido de agilizar as medidas de cunho desenvolvimentistas. Para alcançar tal objetivo, foi formada como uma sociedade de capital misto, onde a Prefeitura Municipal de Campina Grande detinha 51% de suas ações, o que lhe conferia o poder de escolha da sua diretoria. Portanto, iremos detalhar a estrutura que permitia o funcionamento da CINGRA, começando pelo seguinte tripé que formulava suas metas:

- a) Implantação de Indústria;
- b) Financiamento a Empresas;
- c) Agenciamento de capitais “know-how”.¹¹

Este tripé agilizava a atuação daquela Companhia, a qual agia como incorporadora de empresas de economia mista,(entre estas estava a FERTINGRA¹² – Fertilizantes de Campina Grande S/A), que objetivassem instalar empreendimentos que propusessem grandes dividendos econômicos e sociais para Campina Grande.

¹¹ Editorial. “CINGRA estimula a industrialização”. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 de janeiro de 1967.

¹² A FERTINGRA era responsável pela produção de adubos orgânicos para lavoura, utilizando o lixo como matéria-prima

Atuava, ainda, na esfera de financiamento a empresas municipais com o fim de ajudá-las na solução dos problemas de ampliação, transferência, e modernização, bem como, na implantação de novas unidades de produção de rentabilidade comprovada.

Finalizando as metas desejadas pela Companhia de Industrialização de Campina Grande, temos a ação no sentido de estimular a imigração de capitais e tecnologia para Campina Grande, com o apoio dos incentivos da SUDENE, e nos programas de desenvolvimento regional e estadual. Estes objetivos se realizavam através da presença marcante da equipe da CINGRA em vários congressos de amplitude nacional que ocorriam ao longo do país, sobretudo, os encontros realizados no eixo Rio - São Paulo.

Nestes congressos havia uma ampla explanação das potencialidades de Campina Grande, enfocando sua função como capital regional, e os esforços do governo local para incentivar a produção industrial, entre estes, a construção do Distrito Industrial de Campina Grande,¹³ e uma série de questões favoráveis a Rainha da Borborema, como ratifica a citação a seguir:

(...) Irradiando sua influência em ampla área do interior da região, com uma profundidade de cerca de mil quilômetros, a cidade de Campina Grande Beneficiou-se, até julho de 1966, de diversos investimentos financiados de acordo com o sistema dos artigos 34/18, num total superior a 10 bilhões de cruzeiros, com média anual a cima de três milhões.

Entre 1940 e 1950, o crescimento de Campina Grande expressou-se numa taxa de urbanização a cima de 18%, o maior índice observado na região, entre 1950 e 1960, manteve-se a mesma taxa em torno de 10%, atingindo a aglomeração urbana os seus 10 mil habitantes. Apesar do decesso verificado, a taxa continuou a cima de Recife, Salvador, João Pessoa, e outras cidades e capitais de Estado de menores índices de urbanização.

¹³ O grande trunfo da equipe da CINGRA responsável pela divulgação da capacidade fabril de Campina Grande, era a vinda da fábrica de fogões Wallig, que destinava sua produção a todo Norte - Nordeste do Brasil.

A população operária empregada nos diversos estabelecimentos fabris da cidade, está a cima de 10% da população total, exprimindo-se por cerca de 15 mil empregos.¹⁴

A CINGRA possuía todo um arcabouço de divulgação elaborado em prol do desenvolvimento de Campina Grande, o qual obrigatoriamente precisava de recursos financeiros para ser mantido. Assim, as funções apresentadas nos parágrafos anteriores, para serem realizadas com eficácia, necessitava do apoio de um segundo órgão que se responsabilizasse pela administração do setor financeiro da CINGRA.

Com o intuito de preencher esta necessidade, a CINGRA gerencia o FUMINGRA (Fundo Municipal de Indústria), que tinha o dever de assegurar recursos para o desenvolvimento dos programas delineados pela CINGRA. O FUMINGRA embasava sua zona de atuação em quatro aspectos:

- 1) Atender as necessidades de financiamento do processo industrial;
- 2) Coordenação do parque fabril que a cidade já dispunha;
- 3) Incentivar o empresariado para a abertura de novas frentes de produção;
- 4) Atuar diretamente no apoio as indústrias que não fabricam produtos similares na cidade.

Além do FUMINGRA, a CINGRA possuía outros órgãos municipais que auxiliavam seu funcionamento, compondo uma ampla burocracia ligada à industrialização. Estas empresas eram formadas por:

- Secretaria Executiva, coordena as atividades da CINGRA nos seus setores técnicos e administrativos;
- Departamento Financeiro, responsável pelas finanças da Companhia;
- Assistência Administrativa, tem a função de orientar as Companhias subsidiárias da CINGRA (COHAB-CG, TELINGRA, CELB, e FETINGRA).

A CINGRA necessitava deste aparelho burocrático, pois, se equiparmos suas responsabilidades, esta Autarquia Municipal orquestrava todo o Projeto que a equipe chefiada por Williams Arruda elaborava para o desenvolvimento da cidade, e, ainda mais, se levarmos em consideração o capital administrado por esta empresa, o qual representava uma quantia relevante.

¹⁴ Editorial. “CINGRA estimula a industrialização”. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 de janeiro de 1967.

Sua composição financeira se perfazia por meio do gerenciamento do montante equivalente a 10% (dez por cento) do Imposto de Indústria e Profissão, que representava, no quadriênio tributário de 1964 a 1967, a expressiva quantia de quatro bilhões de cruzeiros. Outro objetivo audacioso da presidência desta Companhia destinava-se ao ano tributário de 1968, cuja meta era obter a autorização do governo federal para gerenciar poupanças privadas.¹⁵

Como foi mostrado a Prefeitura Municipal de Campina Grande, destinou a CINGRA uma notória quantia de capital, que retornaria ao município de diversas maneiras, como nos mostra a citação:

A sociedade campinense como um todo se beneficia da CINGRA, pois, seus investimentos retornam em forma de novos empregos, aumento da renda, fortalecimento tributário e consolidação da economia.¹⁶

Fica nítida a amplitude e a notável ambição da Prefeitura visando desenvolver a cidade de Campina Grande. A CINGRA, como mostramos, foi uma instituição que exigiu do executivo campinense um alto grau de investimento e compromisso com o erário público.

A CINGRA neste trabalho é entendida como a Autarquia Municipal que melhor representou os anseios da administração Williams Arruda (endossada pelo regime militar), até mesmo porque englobava praticamente todas as atividades da Prefeitura Municipal de Campina Grande no período de 1964 a 1968.

Populismo & Desenvolvimento industrial em Campina Grande

Foi no turbulento período delineado neste artigo que Campina Grande vivenciou as transformações ocorridas na conjuntura nacional, do alto da Serra da Borborema ecoava tanto os gritos da euforia populista, quanto, os sussurros das primeiras medidas centralizadoras do Governo Militar, época de tensão, crise e intensa produtividade na seara das idéias e sonhos de desenvolvimento meteórico.

¹⁵ Sobre este objetivo ambicionado pela presidência da CINGRA, ao longo de nossa pesquisa não obtivemos fontes suficientes para ratificar esta intenção.

¹⁶ Editorial. “CINGRA estimula a industrialização”. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 11 de janeiro de 1967.

Dimensionar o crescimento de uma cidade tomando por base a industrialização foi algo inerente ao Brasil das décadas de 1950 e 1960, planejar as áreas de investimento estatal galgado na produtividade das esteiras das fábricas, parece não ter resolvido os problemas estruturais campinenses, entretanto, se apresenta como um período fértil, produtivo, engajado em sair do marasmo e apresentar alternativas de desenvolvimento a uma região tão abastada dos “grandes projetos” nacionais. Eis o motivo de dar voz aos controversos populistas do agreste.